

 Colégio Estadual Dr. Eduardo Bahiana	Data: _____ / _____ / _____	Turma: _____
	Aluno: _____	
	Professor: <i>Manuel Antonio</i>	
	Disciplina: <i>Filosofia</i>	
	Exercícios de Revisão	

Questão01

UEM (2009)

[...] com exceção de Rousseau, o pensamento liberal do século XVIII permanece restrito aos interesses dos proprietários e, portanto elitista. Embora o pensamento de Montesquieu tenha sido apropriado pelo liberalismo burguês, as suas convicções dão destaque aos interesses de sua classe e, portanto o aproximam dos ideais de uma aristocracia liberal..

ARANHA, Maria Lúcia. de Arruda; MARTINS, Maria Helena. Pires. *Filosofando: introdução à Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003. p. 249.

Assinale o que for correto.

- Para Rousseau, o soberano é o povo entendido como vontade geral, pessoa moral coletiva livre e corpo político de cidadãos, portanto o governante não é o soberano, mas o representante da soberania popular.
- Montesquieu fundamenta-se na teoria política do contrato social de Rousseau para elaborar sua teoria da formação da sociedade civil e do Estado.
- O Estado republicano, para Montesquieu, permite a melhor forma de governo, pois possibilita aos cidadãos exercer um controle eficaz sobre os governantes eleitos, limitando seu poder.
- Montesquieu elabora uma teoria do governo fundamentada na separação dos poderes, isto é, do poder legislativo, do poder executivo e do poder judiciário, cada um desses três poderes deve manter sua autonomia; é dessa forma que se pretende evitar o abuso do poder dos governantes
- Na sua obra *O espírito das leis*, Montesquieu trata das instituições e das leis e busca compreender a diversidade das legislações existentes em diferentes épocas e lugares.

Questão02

A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.

HOBES, T. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles

- recorriam aos clérigos.
- consultavam os anciãos.
- entravam em conflito.
- apelavam aos governantes.
- exerciam a solidariedade..

Questão03

E verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997 (adaptado).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito

- ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.
- ao status de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
- à possibilidade de o cidadão participar no poder e nesse caso, livre da submissão às leis..
- ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
- ao direito do cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

Questão04

Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. **Do espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja:

- exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- E reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.
- consagração do poder político pela autoridade religiosa.

Questão05

TEXTO I

Há já algum tempo eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, receberei muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão mui duvidoso e incerto. Era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente a fim de estabelecer um saber firme e inabalável.

DESCARTES, R. **Meditações concernentes à Primeira Filosofia**. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (adaptado).

TEXTO II

É o caráter radical do que se procura que exige a radicalização do próprio processo de busca. Se todo o espaço for ocupado pela dúvida, qualquer certeza que aparecer a partir daí terá sido de alguma forma gerada pela própria dúvida, e não será seguramente nenhuma daquelas que foram anteriormente varridas por essa mesma dúvida.

SILVA, F. L. **Descartes**: a metafísica da modernidade. São Paulo: Moderna, 2001 (adaptado).

A exposição e a análise do projeto cartesiano indicam que, para viabilizar a reconstrução radical do conhecimento, deve-se:

- retomar o método da tradição para edificar a ciência com legitimidade.
- encontrar ideias e pensamentos evidentes que dispensam ser questionados.
- investigar os conteúdos da consciência dos homens menos esclarecidos.
- buscar uma via para eliminar da memória saberes antigos e ultrapassados.

- e) questionar de forma ampla e profunda as antigas ideias e concepções

Questão06

Texto I

Experimentei algumas vezes que os sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez.
DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Texto II

Sempre que alimentarmos alguma suspeita de que uma ideia esteja sendo empregada sem nenhum significado, precisaremos apenas indagar: de que impressão deriva esta suposta ideia? E se for impossível atribuir-lhe qualquer impressão sensorial, isso servirá para confirmar nossa suspeita.

HUME, D. *Uma investigação sobre o entendimento*. São Paulo: Unesp, 2004 (adaptado).

Nos textos, ambos os autores se posicionam sobre a natureza do conhecimento humano. A comparação dos excertos permite assumir que Descartes e Hume:

- a) defendem os sentidos como critério originário para considerar um conhecimento legítimo.
- b) atribuem diferentes lugares ao papel dos sentidos no processo de obtenção do conhecimento.
- c) são legítimos representantes do ceticismo quanto à gênese do conhecimento.
- d) concordam que conhecimento humano é impossível em relação às ideias e aos sentidos.
- e) entendem que é desnecessário suspeitar do significado de uma ideia na reflexão filosófica e crítica.

Questão07

Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas, Maquiavel define o homem como um ser

- a) guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.
- b) possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.
- c) munido de virtude, com disposição nata a praticar o bem a si e aos outros.
- d) naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.
- e) sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.

Questão08

Não ignoro a opinião antiga e muito difundida de que o que acontece no mundo é decidido por Deus e pelo acaso. Essa opinião é muito aceita em nossos dias, devido às grandes transformações ocorridas, e que ocorrem diariamente, as quais escapam à conjectura humana. Não obstante, para não ignorar inteiramente o nosso livre-arbítrio, creio que se pode aceitar que a sorte decida metade dos nossos atos, mas [o livre-arbítrio] nos permite o controle sobre a outra metade.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Brasília: EdUnB, 1979 (adaptado).

Em *O Príncipe*, Maquiavel refletiu sobre o exercício do poder em seu tempo. No trecho citado, o autor demonstra o vínculo entre o seu pensamento político e o humanismo renascentista ao

- a) valorizar a interferência divina nos acontecimentos definidores do seu tempo.
- b) rejeitar a intervenção do acaso nos processos políticos.
- c) redefinir a ação política com base na unidade entre fé e razão.
- d) romper com a tradição que valorizava o passado como fonte de aprendizagem.
- e) afirmar a confiança na razão autônoma como fundamento da ação humana.

Questão09

Até hoje admitia-se que nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém, todas as tentativas para descobrir, mediante conceitos, algo que ampliasse nosso conhecimento, malogravam-se com esse pressuposto. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1994 (adaptado).

O trecho em questão é uma referência ao que ficou conhecido como revolução copernicana na filosofia. Nele, confrontam-se duas posições filosóficas que

- a) apostam, no que diz respeito às tarefas da filosofia, na primazia das ideias em relação aos objetos.
- b) defendem que o conhecimento é impossível, restando-nos somente o ceticismo.
- c) revelam a relação de interdependência entre os dados da experiência e a reflexão filosófica.
- d) assumem pontos de vista opostos acerca da natureza do conhecimento.
- e) refutam-se mutuamente quanto à natureza do nosso conhecimento e são ambas recusadas por Kant..

Questão10

Na produção social que os homens realizam, eles entram em determinadas relações indispensáveis e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade — fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica, e ao qual correspondem eterminadas formas de consciência social.

MARX, K. Prefácio à *Crítica da economia política*. In: MARX, K.; ENGELS, F.

Textos 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977 (adaptado).

Para o autor, a relação entre economia e política estabelecida no sistema capitalista faz com que

- a) o proletariado seja contemplado pelo processo de mais-valia.
- b) a consolidação das forças produtivas seja compatível com o progresso humano.
- c) o trabalho se constitua como o fundamento real da produção material.
- d) a autonomia da sociedade civil seja proporcional ao desenvolvimento econômico.
- e) a burguesia revolucione o processo social de formação da consciência de classe.